

**Reforma Agrária e impactos na Soberania e
Segurança Alimentar e Nutricional: o caso brasileiro**
Seminário 60 anos do Estatuto da Terra

ABRA, MDA, INCRA, ASSERA, FAO

Yamila Goldfarb
ABRA
yamilageo79@gmail.com

Contexto histórico no momento da elaboração Estatuto da Terra:

*

- A CEPAL impulsionava a RA como parte importante do desenvolvimento das economias dos países latino-americanos.
- Movimento anticomunista, recomendava a realização da Reforma Agrária nos países latino-americanos como forma de diminuir a influência dos partidos comunistas no campo que se encontrava num período de efervescência de lutas
- Carestia e a dificuldade no abastecimento de alimentos
- Fome e estrutura fundiária profundamente concentrada (1974 - o IBGE - levantamento que mostrava que 40% dos entrevistados passavam fome e apenas 9% dispunham de uma boa alimentação)

- Princípios de **justiça social** e **aumento de produtividade** - princípios marcaram a função da Reforma Agrária pensada no Estatuto da Terra.
- Hoje eles seguem atuais e somam-se: **preservação ambiental com vistas a combater a emergência climática** e **promoção da Soberania Alimentar**.

Problema estrutural que se mantém na atualidade

- anos 40, Josué de Castro - **relação entre a fome e a estrutura fundiária** - como a opção por grandes monocultivos - falta de disponibilidade de alimentos diversos
- Reforma Agrária como grande solução para se combater a monocultura
- Hoje ainda temos quase 30% da população em insegurança alimentar
- Vulnerabilidade – número pode crescer facilmente

A RA encontra guarida em diversos documentos nacionais e internacionais

- *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 (ONU), Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; o 2. Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável; e o 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.*
- *Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais (DVGT), também do âmbito da ONU DVGT, estas representam o principal documento internacional normativo sobre questões fundiárias, que vai servir como referência e orientar o aprimoramento da governança fundiária da terra, dos recursos pesqueiros e florestais, com o objetivo primordial de garantir a segurança alimentar para todos e apoiar a conquista progressiva do direito a uma alimentação adequada*

- nas recomendações do **Guia Alimentar da População Brasileira** que traça os princípios que devem nortear uma alimentação saudável e adequada. Este coloca que **“Alimentação adequada e saudável deriva de sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável”**

*

- tamanho e uso das propriedades rurais que produzem os alimentos; autonomia dos agricultores na escolha de sementes, de fertilizantes e de formas de controle de pragas e doenças; condições de trabalho e exposição a riscos ocupacionais; papel e número de intermediários entre agricultores e consumidores; capilaridade do sistema de comercialização; geração de oportunidades de trabalho e renda ao longo da cadeia alimentar; e partilha do lucro gerado pelo sistema entre capital e trabalho.

Reforma Agrária, DH e acesso às políticas públicas

- *O DHAA, impõe três tipos ou níveis de obrigações aos Estados: as obrigações de **respeitar, proteger e satisfazer** o direito. Facilitar e prover. Todo Direito Humano é responsabilidade direta do Estado - direito de **exigibilidade**.
- Está presente na CF. Isso significa que:
as pessoas passam a ser **“titular de direito”** e não um mero **“beneficiário”** de políticas públicas ,devendo o Estado adotar todas as medidas necessárias
- **RA, portanto, é política universalista que garante o acesso a direitos.**
- Não é só distribuição de terras, mas conjunto de políticas que visam o desenvolvimento local, regional e nacional, **por meio do acesso a direitos.**
- O acesso às políticas públicas como assistência e previdência social, assistência técnica, crédito rural, políticas de acesso ao mercado, créditos para moradia, acesso à educação entre outras, são condições para o desenvolvimento e ampliação das capacidades produtivas das famílias assentadas.
- Via de mão dupla

Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)

- *LOSAN, cuja função é assegurar o DHAA e promover a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil
- definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição deste sistema, por meio do qual o poder público, com **a participação da sociedade civil** organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada.
- Política de Segurança Alimentar e Nutricional – PSAN

Prevê participação social então Precisamos articular as políticas de RA com o Sisan (abastecimento)

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN): 4 dimensões fundamentais

- *A dimensão da **Disponibilidade** que remete à necessidade de que exista disponibilidade de alimentos e de que estes sejam suficientes para as populações.
- A dimensão do **Acesso** que remete à questão do acesso físico, econômico e social aos alimentos, isto é, ter condições econômicas sociais e físicas de adquirir os alimentos necessários. O acesso físico diz respeito à dimensão logística. O acesso social diz respeito à não existência de barreiras que podem ser culturais, ou de gênero. O acesso econômico é uma dimensão muito importante da Segurança Alimentar e Nutricional e diz respeito a ter capacidade financeira de adquirir o alimento necessário com regularidade.
- Dimensão do **uso**
- Dimensão da **estabilidade**

A compreensão dessas diferentes dimensões da SAN nos ajuda a analisar a efetividade das políticas públicas no combate à fome.

Impacto da RA na SAN das famílias assentadas

*

- Muitos estudos apontam o mesmo: a maior parte das famílias assentadas conseguiu melhorar sua situação alimentar e nutricional, seja por meio de uma produção de autoconsumo, seja pela venda dos produtos oriundos do lote, após adquirirem a terra.
- constroem **indicadores que permitem comparar a situação atual e anterior dos assentados**

Produção para autoconsumo

- Diferente do que se costuma colocar, a produção para o autoconsumo é **elemento fundamental na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada** da esmagadora maioria das famílias assentadas.
- **menor a dependência** com relação ao abastecimento proveniente de fontes externas,
- maiores as **possibilidades de que um comércio interno** e portanto fortalecimento da cooperação e da sociabilidade na organização interna dos assentamentos.
- **Experiências exitosas** como essa potencializam as características e culturas próprias da AF mostram como políticas mais assertivas causam grande impacto positivo.

• Segundo Vicente Marques, podemos dizer que os estabelecimentos da Reforma Agrária consomem cerca de **18,3% do leite de vaca produzido, 53% do leite de cabra e 75,1% dos ovos de galinha produzidos nos lotes.** Também é relevante ver que **apenas 6,6% dos estabelecimentos com bovinos comercializaram-nos para o abate,** o que indica que a grande maioria da produção foi para autoconsumo. Quase um terço dos estabelecimentos (31%) produtores de suínos comercializou carne de porco o que significa que quase **70% dos estabelecimentos produzem porcos para autoconsumo.** E por fim, 25,1% dos estabelecimentos com galináceos comercializaram sua produção. O que por sua vez significa **mais de 70% dos estabelecimentos criam galináceos para consumo interno.**
(Marques, 2021)

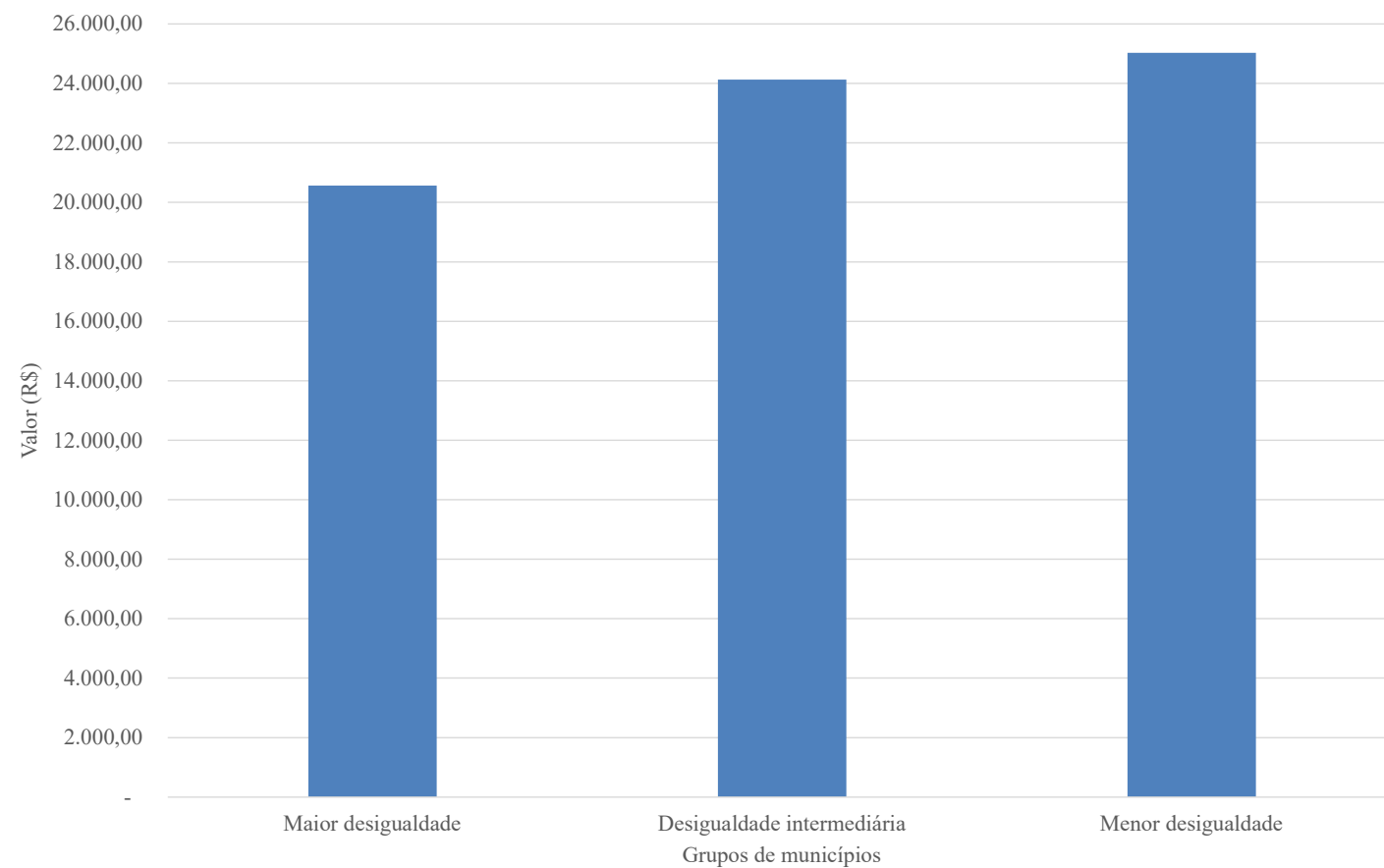
Impactos da Reforma Agrária na SAN - aspectos relacionados ao desenvolvimento regional:

maior e mais diversificada disponibilidade de alimentos nas regiões e dinamização das economias locais

*

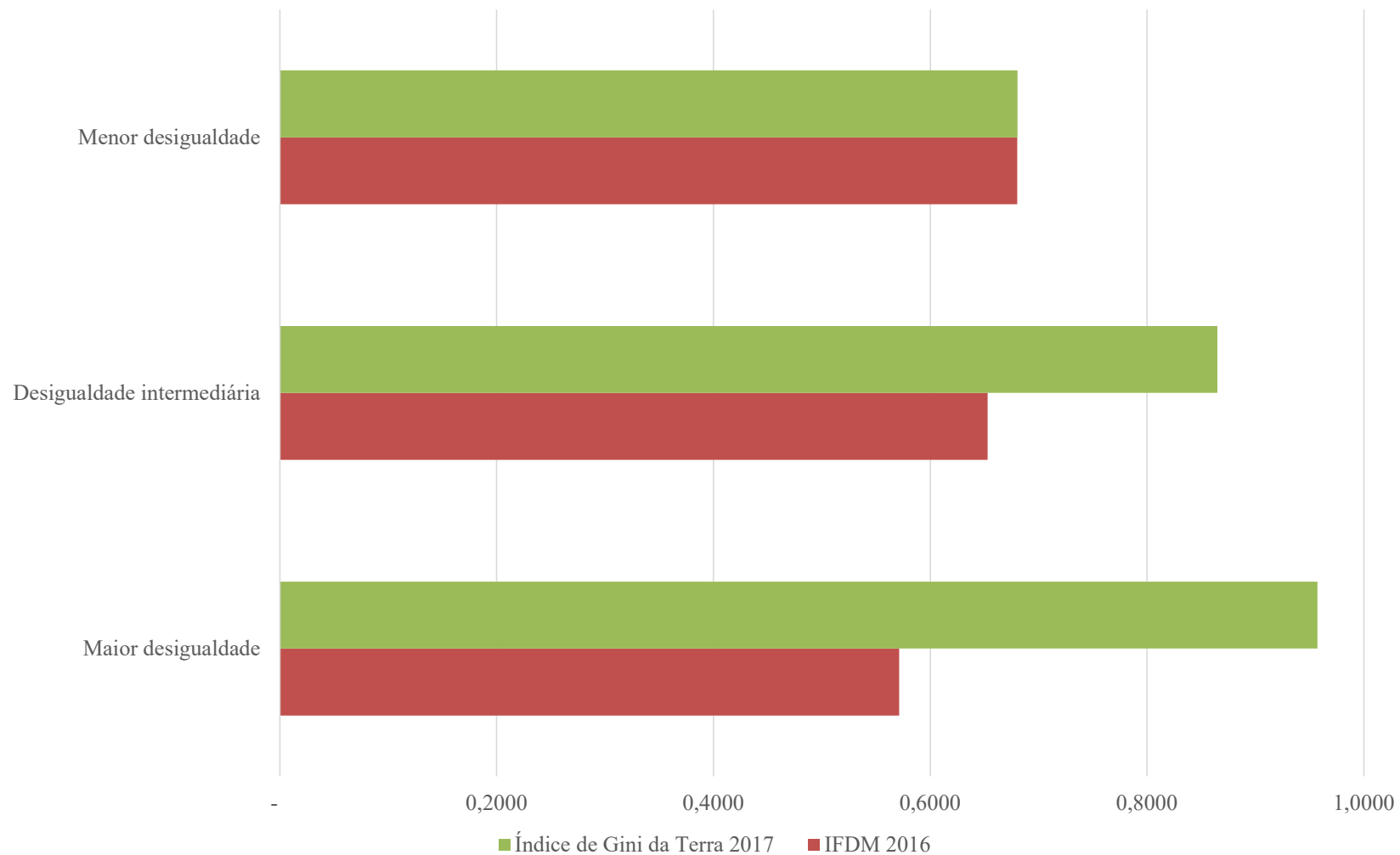
- agricultura familiar é a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, com uma produção diversificada de grãos, proteínas animal e vegetal, frutas, verduras e legumes.
- Importância tanto para o abastecimento do mercado interno quanto para o controle da inflação dos alimentos no Brasil.
- A título de exemplo: 70% da produção de mandioca, quase 60% da cebola, 41,8% do feijão preto, 55,57% do Feijão verde, 57,7% da abóbora. Na criação animal, a participação é bastante relevante com 31% do plantel de bovinos, 70% dos caprinos, 45,52% de Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos.
- Na horticultura a agricultura familiar tem ainda maior destaque
- dinamização - aumento da renda gerada – impacta dimensão do acesso

•- Média do PIB per capita em diferentes classes de desigualdade fundiária - 2017.



Fonte: Censo Agropecuário 2017; IBGE Tabela SIDRA 5938. Elaboração: Leite (2024)

Médias do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) em diferentes classes de desigualdade fundiária - 2017.



Fonte: FIRJAN; Censo Agropecuário 2017. Elaboração Acácio Zuniga Leite (2024).

- Essas mudanças são mais marcante nas regiões onde há uma concentração de assentamentos - áreas reformadas
- assentamentos geraram reconversão produtiva, com uma reorganização do sistema de uso dos solos, especialmente em regiões antes monocultoras ou de pecuária extensiva.

Comercialização:
políticas que favorecem a produção e o escoamento da AF são promotoras do Direito Humano à Alimentação Adequada.

- A inserção nos mercados sempre foi um grande desafio para a agricultura familiar
- Estabelecimento das compras institucionais diretas por meio do denominado Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi inovação na gestão pública dos assentamentos.
- Principais benefícios do programa se referem a (IPEA):
 - Melhoria do acesso, da quantidade, qualidade e regularidade da alimentação
 - Melhoria dos hábitos alimentares e incentivo ao consumo de alimentos de qualidade
 - Valorização da agricultura familiar e da cultura alimentar local
 - Qualidade dos alimentos e diminuição das distâncias percorridas pelos alimentos, reduzindo seu custo, evitando perdas e respeitando a cultura alimentar das regiões

Principais benefícios do programa para os assentados:

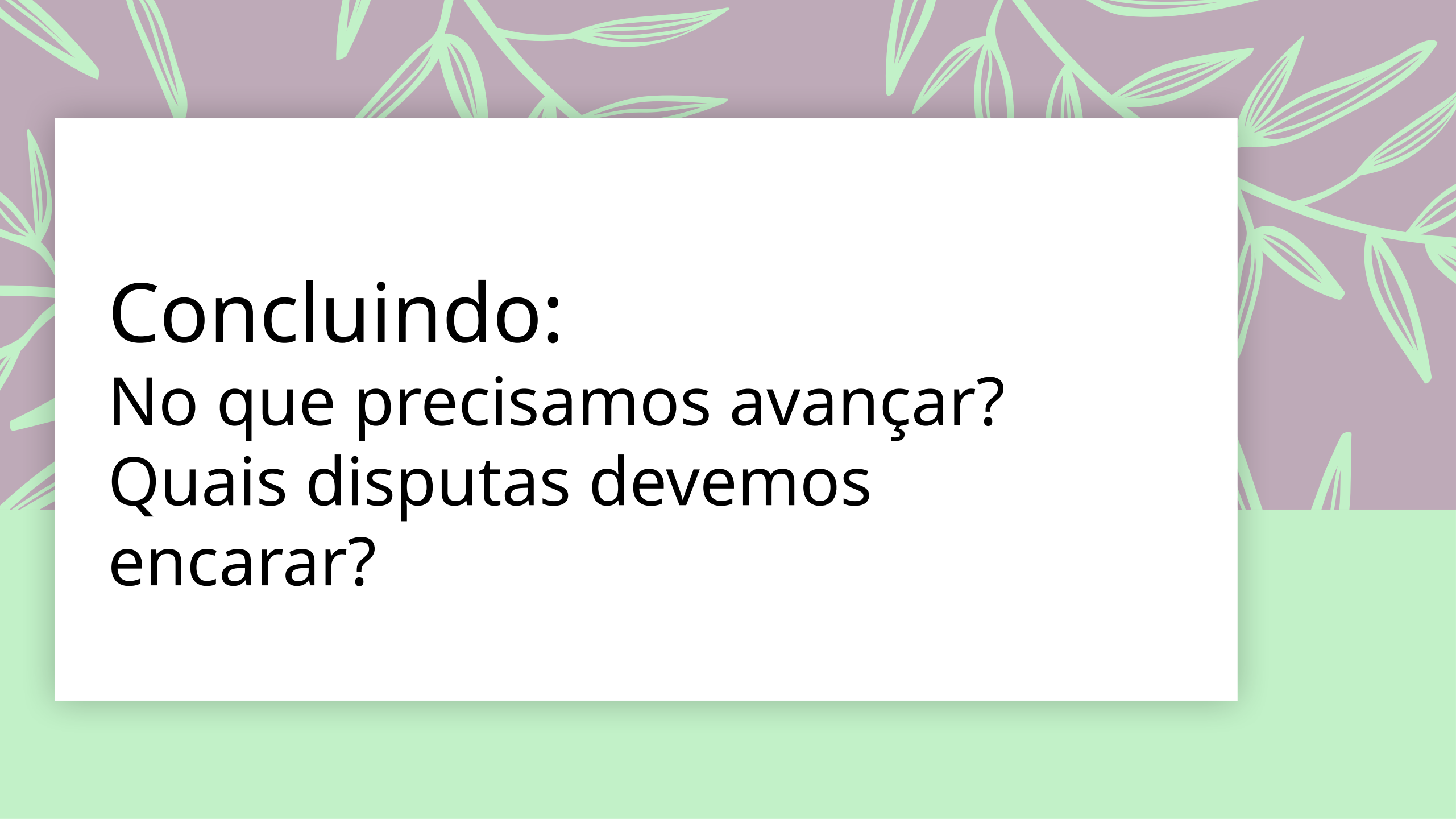
- Maior garantia de escoamento para AF, aumentando sua renda, evitando o êxodo rural.
- Ajudou na promoção de formas de plantio e de produção diferenciados, a exemplo dos alimentos orgânicos e tradicionais;
- Incentivou a organização e formalização de cooperativas e associações de produtores.
- Estimulou a agroindustrialização

Indissociabilidade do combate à fome e às mudanças climáticas

Se o sistema agroalimentar é o principal responsável pelas mudanças climáticas, ele é também fortemente impactado, comprometendo a produção de alimentos em diversas partes do mundo

*

A agropecuária extensiva e monocultora é intensiva em recursos naturais, consome grandes quantidades de água, emprega equipamentos pesados que compactam os solos, dificultando a infiltração da água e provocando a erosão, contamina e assoreia os rios e impacta a biodiversidade. Além disso, apresenta maior fragilidade em termos de resiliência frente às mudanças climáticas



Concluindo:
No que precisamos avançar?
Quais disputas devemos
encarar?

- A efetivação de fato da reforma agrária, como ampla alteração da estrutura fundiária, é c que pode garantir a consolidação de uma política de Soberania Alimentar por meio da qual a população das diferentes regiões do país vai poder produzir em acordo com sua cultura, saberes, hábitos alimentares, mas também em acordo com as condições do bioma em que se encontram, gerando uma agricultura de baixo impacto e regenerativa.
- Isso requer disputar projeto de desenvolvimento. Isso exigerecolocar a reforma agrária e a garantia dos direitos territoriais na agenda dos partidos, dos movimentos sociais, da sociedade como um todo. O nosso campo vai produzir commodities de exportação apenas? A nossa política tributária vai seguir incentivando a exportação de commodities em detrimento da produção de alimentos? Ou vai produzir a garantia da soberania alimentar? É preciso disputar orçamento de verdade. Precisamos disputar metas mais ousadas. Enfrentar o mercado de terras.
- Um país sem soberania é um país subjugado aos interesses estrangeiros. É um país dependente, subordinado aos ditames econômicos e políticos de outras nações, das cadeias globais de valor, o que deixa seu território, sua economia e população em constante situação de vulnerabilidade. Vamos produzir apenas o que interessa ac mercado ou a nossa população? Isso deveria estar em disputa .

- Diante do potencial que a AF tem de produzir alimentos saudáveis, desenvolver as economias regionais e combater as mudanças climáticas, é preciso ter em mente que não podemos restringir esse segmento a apenas 23% da área dos estabelecimentos rurais. Especificamente os estabelecimentos da Reforma Agrária ocupam apenas 4,6% do total da área.
- Ainda assim, representam 10,5% do total de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários. (Marques, 2021) Se precisamos combater as mudanças climáticas e garantir o Direito Humano a Alimentação Adequada de toda a população brasileira é preciso aumentar de forma exponencial o número de famílias assentadas, realizando uma transformação significativa na estrutura fundiária, bem como garantir o direito territorial de povos e comunidades tradicionais que também são produtores de alimentos e protetores das condições ecológicas do nosso território. A Reforma Agrária, bem como a destinação das terras devolutas, precisa garantir que a terra cumpra, de forma perpétua, sua função social e ambiental, princípios que, como bem sabemos, devem ser cumpridos de forma simultânea, conforme consta na nossa Constituição Federal.